



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

DECISÃO DE RECURSO

PE Nº 90.014/2025

Processo Licitatório nº **35.120/2024**, referente ao Edital do Pregão Eletrônico nº **90.014/2025**, cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual CONTRATAÇÃO de empresa especializada para o serviço de locação de Trio Elétrico para Eventos, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, pelo período de 01 (um) ano.

Trata-se o presente processo administrativo de **RECURSO** interposto, **tempestivamente**, pela empresa **FP AUDIO EIRELI EPP**, com fulcro no artigo 165, inciso I, da Lei n.º 14.133/2021, por intermédio de seu representante legal, contra os termos da decisão de habilitação da empresa **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, no bojo do Pregão Eletrônico nº **90.014/2025**.

I. DO RELATÓRIO

I.a. DOS FATOS

Encerrada a fase de habilitação do Pregão Eletrônico em referência, foi aberto o prazo para manifestação de intenção de recursos, tendo sido apresentada intenção/proposição, tempestivamente, pela empresa **FP AUDIO EIRELI EPP**, doravante denominada Recorrente, contra a decisão que classificou a empresa **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, doravante denominada Recorrida, como



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

provisoriamente vencedora. A intenção é aceita de forma automática pelo Sistema ComprasGov.br, sem a necessidade de juízo de admissibilidade.

I.b. DO RECURSO

A Recorrente, também de forma tempestiva, interpôs, por meio do Sistema, recurso objetivando a modificação da decisão de habilitação, alegando, em síntese, que: não foi apresentada pela empresa Recorrida a relação dos equipamentos com suas respectivas descrições, especificações técnicas e modelos, em desatendimento ao Item 3.3 do Termo de Referência; não foi apresentado nenhum documento que atendesse ao Item 19.2.5 do Edital, isto é, atestado devidamente registrado no CREA, que comprove as especificações técnicas e a prestação dos serviços; a empresa Recorrida sequer prestou serviços de Trio Elétrico, conforme tenta fazer parecer com os documentos apresentados; a Recorrida anexa CAT sem registro de atestado, que não serve para comprovação de capacidade técnica e, em que pese o profissional responsável ter anotação de responsabilidade em seu nome que mencione Trio Elétrico, a empresa executante foi outra e o próprio documento apresentado indica que não tem valor para o objeto licitado.

I.c. DAS CONTRARRAZÕES

A Recorrida, tempestivamente, por meio do Sistema, apresentou suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso interposto, conforme as seguintes considerações, em síntese: *o item 3.3 do Termo de referência é uma exigência imposta ao licitante vencedor quando superada a fase de habilitação, ou seja, somente após a*



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

adjudicação do objeto e contratação da licitante vencedora é que surge a obrigação em apresentar a descrição dos produtos que serão disponibilizados em favor do ente contratante; o atestado não possui vínculo ou menciona o edital indicado pela recorrente na peça recursal, o que o torna apto para fins de processo licitatório; o responsável pela emissão do atestado é um ente municipal que goza de fé pública, não havendo qualquer margem para dúvidas quanto a validade do documento apresentado; o enunciado do item 19.2.5 dispõe que o atestado precisa ser registrado no CREA pelo profissional engenheiro, seja ele eletricitista ou mecânico e a certidão de acervo técnico apresentada pelo profissional engenheiro é documento suficiente para comprovar a qualidade técnica da empresa; o profissional Henrique Dames Corrêa de Sá é um dos profissionais que compõem o corpo de engenheiros da empresa recorrida e não há qualquer exigência de que o engenheiro responsável deve obrigatoriamente possuir atestado em seu nome, bastando tão somente a empresa provar que dispõe de profissional com registro no órgão fiscalizador, o que foi feito a contento; " documento exigido no certame é de caráter personalíssimo do engenheiro; a ART fora emitida pelo CREA, órgão que também goza de fé pública em seus atos.

II. DAS CONSIDERAÇÕES DO PREGOEIRO

A discussão gira em torno da documentação apresentada pela empresa habilitada como provisoriamente vencedora do certame.

Registra-se que a sessão do Pregão em tela foi realizada em regime de urgência, devido à proximidade com o evento, o que resultou na adoção de procedimentos e medidas extraordinárias no setor para que houvesse o deslinde do certame com a máxima celeridade.




**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

**S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O**

Comissão Permanente de Pregão I

Imperioso registrar que a documentação foi solicitada via chat e, no entanto, não foram encaminhadas com a proposta as respectivas especificações técnicas e modelos, em inobservância ao Item 3.3 do Termo de Referência, o que acarretou em desatendimento às exigências do Edital.

O atestado de capacidade técnica (CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO 132707/2024) apresentou a citação "Trio Elétrico", o que gerou o aceite da qualificação técnica, conforme imagem abaixo. No entanto a ART foi vinculada a outro profissional responsável: Carlos Roberto da Conceição Oliveira, que não possui vínculo com a empresa.



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009
Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro

CREA-RJ

Página: 6/8
Data: 25/12/2024

**CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO
132707/2024**

(Continuação da CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 132707/2024)

Informação Complementar:

**INSTALAÇÃO, MONT E DESM DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, TRIO ELETRICO, MINI ...
TRIO, EFEITOS ESPECIAIS, TELÃO, PAINEL DE LED, VIDEOWALL, SISTEMA DE
PROJEÇÃO, UNIDADE MÓVEL, MAQUINA TR DE AR CONDICIONADO, NO LIMITE DE 5TR, ..
CLIMATIZADOR E GERADORES, PARA ATENDER A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS ..
OSTRAS.**

Nº do contrato: 062/2014.....

Data de Início: 26/03/2014.....

Previsão de Término: 14/04/2014.....

Valor de Contrato/Honorário: R\$ 2,147,657.00.....

Endereço: DIV LOCAIS S/N - DIVERSOS BAIRROS.....

RIO DAS OSTRAS RJ.....

Vinculada a ART principal Nº: IN01184497 - Data de Pagamento: 19/02/2014.....

Profissional: CARLOS ROBERTO DA CONCEICAO OLIVEIRA.....

RNP: 2002520801 ENGENHEIRO MECÂNICO

ART Nº IN01196792 - de 14/03/2014 Tipo de registro: OBRA OU SERVICO.....

Baixada em: 13/10/2014 por: CONCLUSAO.....

Executante: MANO A MANO ESTRUTURA METALICA DE CASIMIRO DE ABREU

LTDA EPP Registro: 2005200533

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DAS OSTRAS.....

Endereço: R CAMPO DE ALBACORA 75 - LOTEAMENTO ATLANTICA.....

RIO DAS OSTRAS RJ.....

Atividade Técnica:

(1): EXECUCAO DE INSTALACAO.....

(2): EXECUCAO DE MONTAGEM.....

Especificação da Atividade:

(1): OUTROS.....

Complemento:

(1): GERADOR



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

Ressalta-se que, de acordo com o Termo de Referência, a empresa não comprovou o solicitado nos seguintes itens:

- A empresa contratada deverá estar ciente que poderá ser promovida diligência imediata à pessoa jurídica indicada no atestado de capacidade técnica, visando verificar as informações prestadas e esclarecer dúvidas, podendo ser na forma de apresentação de documentos e/ou visita a sede da empresa para vistoria do material a ser utilizado, entre outros;
- Deverá ser apresentado junto a planilha de preços, a relação dos equipamentos que serão utilizados, sob pena de desclassificação. O que não foi encaminhado mesmo após as duas convocações realizadas no sistema a proposta foi aceita de maneira equivocada.

Diante das considerações expostas e baseado na Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, a seguir colacionada, revisaremos a habilitação da empresa e o Pregão terá seu retorno agendado no Sistema.

STF, Súmula 473: A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

III. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Diante do exposto, considerando o teor das razões recursais e as considerações apresentadas, com fulcro no artigo 165, §2º, da Lei 14.133/2021, **CONHEÇO** do recurso interposto pela empresa **FP AUDIO EIRELI EPP** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º **90.014/2025**, e no mérito, **DOU**



**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A

S E C R E T A R I A D E
L I C I T A Ç Õ E S E
P L A N E J A M E N T O

Comissão Permanente de Pregão I

PROVIMENTO, alterando a decisão de habilitação anteriormente proferida e pugnando pela volta de fase do certame, em obediência aos Princípios da Legalidade, Vinculação ao Edital e Segurança Jurídica.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 24 de abril de 2025.

Leonardo Gabrig Peixoto

Pregoeiro – Comissão Permanente de Pregão I

Matrícula nº 206.934

ativa estruturas

**AO ILUSTRE SR. PREGOEIRO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO
E MARKETING DE NOVA FRIBURGO/RJ.**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90014/2025

ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA, devidamente qualificada nos autos do procedimento licitatório em epígrafe, por meio do seu representante legal infra-assinado, vem respeitosamente apresentar **CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, face o inconformismo da empresa **F. P. ÁUDIO LTDA.**, pelas razões expostas a seguir:

BREVE RESUMO

A empresa recorrida sagrou-se vencedora do procedimento licitatório nº 90014/2025 em epígrafe, cujo objeto é a *CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE TRIO ELÉTRICO PARA EVENTOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E MARKETING DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO PELO PERÍODO DE 01 (UM ANO)*, conforme as especificações contidas no edital.

Inconformada com o resultado, a empresa recorrente busca em sede recursal a inabilitação da recorrida, utilizando como argumento ausência da relação de equipamentos a serem dispendidos pela empresa contratada durante a vigência contratual, bem como inobservância as exigências do item 19.2.5.

Alega ainda que a profissional responsável pela empresa não possui aptidão técnica por ser recém formada, e de maneira grave insinua que a recorrida tenta induzir o ilustre Pregoeiro a erro, apresentando atestados incompatíveis com o objeto licitado e sem registro no CREA.

Ativa Comércio e Estruturas Ltda
CNPJ 09.654.965/0001-72

End.: Avenida Julia Kubitschek, no 39, Edifício Riviera, sala 301, cobertura, Centro, Cabo Frio/RJ, CEP: 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

De antemão, afirmamos o quão grave e sórdida é a postura adotada pela recorrente, que tem o intuito de tão somente inabilitar a empresa vencedora, bem como deixa claro quem tenta induzir o nobre julgador a erro, já que utiliza obrigações impostas a fase de contratação para o atual momento do processo licitatório, bem como traz interpretação diversa ao enunciado do item 19.2.5 para alcançar o seu objetivo pessoal de afastar a vitória da recorrida.

Ademais, cumpre destacar que não existem quaisquer irregularidades que inabilitem a empresa vencedora, sendo o recurso meramente protelatório e com o fim de induzir o Nobre Pregoeiro a erro, com insinuações teratológicas que não condizem com a realidade e não são capazes de afastar a vitória da empresa recorrida.

I – DA TEMPESTIVIDADE

A presente Contrarrazão é tempestiva, e está em conformidade com o texto legal, que no artigo 165, inciso I, §4º da lei nº 14.133/21, concede 03 dias para apresentação de contrarrazões, *in verbis*:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

§ 4º O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

Logo, considerando as disposições do nosso ordenamento jurídico e a data da intimação pessoal da empresa recorrida, seu prazo finda em **10.03.2025**, motivo pelo qual as contrarrazões são tempestivas.

ativa estruturas

II - DO MOTIVO PARA MANUTENÇÃO DA DECISÃO QUE HABILITOU A RECORRIDA.

De forma sorrateira, busca a recorrente inabilitar a recorrida, sob a justificativa de inobservância ao item 3.3 do termo de referência, no qual alega que a recorrida deixou de trazer a descrição dos equipamentos a serem utilizados e inobservância ao item 19.2.5 do edital, deixando de apresentar atestado registrado no órgão fiscalizador.

Aduz ainda que a profissional que será responsável pela empresa recorrida não possui aptidão técnica por ser recém formada, não podendo atestar sua eficiência como engenheira eletricista, além de insinuar que a recorrida de má-fé apresentou atestado incompatível com o objeto licitado.

Todavia, os argumentos da recorrida não merecem prosperar e deixam clara a sua tentativa sórdida de afastar a vitória da recorrida.

Isso porque, o item 3.3 do Termo de referência é uma exigência imposta ao licitante vencedor quando superada a fase de habilitação, ou seja, somente após adjudicação do objeto e contratação da licitante vencedora é que surge a obrigação em apresentar a descrição dos produtos que serão disponibilizados em favor do ente contratante.

Dito isso, não pairam dúvidas que a única empresa realmente intencionada em trazer dúvidas ao entendimento do Ilmo. Pregoeiro é a recorrente, que traz responsabilidades inerentes da fase contratual como se fossem uma exigência da fase de instrução probatória da habilitação, obrigações decorrentes da fase de contratação como se fossem exigências da fase de habilitação da empresa.

Ademais, o recorrente traz insinuações ardilosas e em tom gravoso quanto a apresentação do atestado de Itaboraí, sugerindo que o documento foi acostado com o fim de burlar o processo licitatório.

ativa estruturas

As alegações da recorrente deixam clara sua litigância de má fé, já que altera a realidade dos fatos para fazer parecer que o documento apresentado pela recorrida não possui veracidade.

Isso porque o atestado não possui vínculo ou menciona o edital indicado pela recorrente na peça recursal, o que o torna apto para fins de processo licitatório.

A conduta da recorrida deixa clara a sua intenção de lançar dúvidas ao pregoeiro quanto a validade do atestado, que como já mencionado, não faz menção ou traz vínculo ao documento apresentado com o processo administrativo e pregão apontados pela recorrente em sua peça recursal.

Destaca que o responsável pela emissão do atestado é um ente municipal goza de fé pública, não havendo qualquer margem para dúvidas quanto a validade do documento apresentado, muitos menos características que o desabonem.

Quanto a ausência de comprovação da aptidão técnica da empresa, mais uma vez vemos uma tentativa forçosa de afastar a vitória da recorrida.

O enunciado do item 19.2.5 dispõe que o atestado precisa ser registrado no CREA pelo profissional engenheiro, seja ele eletricitista ou mecânico.

Logo, a certidão de acervo técnico apresentada pelo profissional engenheiro é documento suficiente para comprovar a qualidade técnica da empresa em dispor dos serviços pretendidos pela administração.

Sobre a engenheira responsável pelo serviço após a fase de contratação ser recém-formada, infundado o argumento da recorrente sobre a competência da profissional responsável em dispor dos serviços objetos do certame.

Primeiro porque a necessidade é a de se provar de que a empresa dispõe de engenheiro que detenha o atestado registrado no CREA, o

ativa estruturas

que foi feito pela recorrida, já que o profissional Henrique Dames Corrêa de Sá é um dos profissionais que compõem o corpo de engenheiros da empresa recorrida.

Segundo porque não há qualquer exigência de que o engenheiro responsável deve obrigatoriamente possuir atestado em seu nome, bastando tão somente a empresa provar que dispõe de profissional com registro no órgão fiscalizador, o que foi feito a contento, já que o profissional Henrique possui certidão de acervo técnico necessária para o processo licitatório, bem como integra o quadro de engenheiros da recorrida.

O fato da profissional ser recém formada não lhe faz inferior aos demais colegas de profissão, muito menos lhe tira o mérito e competência no exercício das funções decorrentes da engenharia, sendo apta a se tornar responsável pelos serviços, visto que concluiu o curso de engenharia e a especialização em elétrica.

Por fim, as alegações de ausência de atestado em nome da profissional responsável deixam em evidência a contradição da recorrente, que alega que a recorrida não apresentou atestado registrado no CREA, mesmo sabendo que o documento exigido no certame é de caráter personalíssimo do engenheiro, e após essa narrativa pífia alega que a empresa não comprovou aptidão técnica por não ter a engenheira elétrica responsável registro no órgão fiscalizador, indo na via oposta da própria narrativa criada para derrubar a vitória da recorrida, pois lhe é conveniente.

Sobre a emissão de ART, é importante ressaltar que o CREA desempenha trabalho sério e rigoroso, não permitindo qualquer falsidade ou irregularidade que venha a trazer vantagens ilícitas a profissionais ou empresas, que estão sujeitas ao sistema eficaz e rígido do órgão fiscalizador.

Portanto, uma vez que o documento foi emitido pelo órgão responsável por controlar e fiscalizar os serviços prestados pelos profissionais da engenharia, isso significa dizer que não existem margens para dúvidas do

ativa estruturas

órgão quanto aos serviços prestados, pois se assim fosse, o atestado em nome do profissional sequer seria emitido, ressaltando ainda que o CREA é um órgão que também goza de fé pública em seus atos.

Portanto não existem dúvidas de que a única intenção do recorrente é afastar a vitória da recorrida no certame.

A empresa recorrida preencheu todos os requisitos previstos em edital para sua habilitação, bem como agiu em conformidade com a legislação pátria vigente, não havendo qualquer ausência de documentos, tampouco lacunas e omissões que a inabilitem no certame.

A recorrente sequer teve argumentos capazes de atacar os documentos apresentados pela recorrida na fase de habilitação, tampouco providenciou diligências necessárias apelando para suposições como forma de moldar o crivo do Sr. Pregoeiro quanto aos documentos apresentados.

Como mencionado, a postura intencional da recorrida é uma cortina de fumaça e não ultrapassam o campo da mera especulação, já que sequer foi apta a provar sobre as suposições feitas quanto aos documentos apresentados pela recorrida.

Assim, o recurso interposto não comporta provimento, uma vez que não há fundamentação jurídica válida para os argumentos trazidos pelo recorrente, tampouco incongruências nos documentos apresentados pela recorrida que a tornassem inapta a vitória.

A recorrente interpôs recurso inócuo com o único objetivo de ser afastar a vencedora, valendo de meras suposições e especulações, com o fim de influenciar o entendimento do Sr. Pregoeiro, de modo que consiga satisfazer o seu interesse de inabilitação da recorrida.

Por todo o exposto, requer:

ativa estruturas

A- Seja o recurso administrativo conhecido para, no mérito, ser negado provimento, tendo em vista que na fase de habilitação a empresa recorrida cumpriu com todas as exigências legais, provando a sua aptidão técnica para dispor dos serviços pretendidos pela administração, não havendo objeto a ser debatido pela via recursal.

Nestes termos, pede deferimento.

Cabo Frio, 10 de março de 2025.

**ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA
ANDERSON BRAGANÇA DOS SANTOS
SÓCIO ADMINISTRADOR**



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

RJ

VÁLIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
2294179580



DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
0109640557 DETRAN RJ

CPF
074.925.997-30

DATA NASCIMENTO
28/02/1977

FILIAÇÃO
JULIO JORGE PEREIRA
SALY DE FATIMA FARIAS PEREIRA

PERMISSÃO
AC

ACC
AC

CAT. HAB.
AC

Nº REGISTRO
00132183031

VALIDADE
29/11/2031

1ª HABILITAÇÃO
18/10/1996

OBSERVAÇÕES
A



ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
RIO BONITO, RJ

DATA EMISSÃO
03/01/2022

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

67630351846
RJ351357556

RIO DE JANEIRO

DENATRAN

CONTRAN

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em:
< <http://www.serpro.gov.br/assinador-digital> >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN



913761

3
JCS

Fls 01/03.

ATO CONSTITUTIVO DE EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA - EIRELI.

FLÁVIO FARIAS PEREIRA, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, nascido em data de 28/02/1977, empresário, portador da carteira de identidade nº. 010.964.055-7, expedida pelo DETRAN-RJ, em data de 22/05/2001, portador do CPF nº. 074.925.997-30, residente e domiciliado na Alameda Via do Sol nº 372 – Novo Cavaleiros – Macaé RJ – CEP 27930-100, pelo presente ato, constitui com a transformação de sua empresa individual F. F. PEREIRA AUDIO ME – inscrita no CNPJ 03.736.955/0001-08 e JUCERJA 3310414526-6, assumindo todos os direitos e obrigações da empresa individual ora transformada, com fulcro no art. 980-A da Lei nº10.406/02, a seguinte Empresa Individual de Responsabilidade Limitada - EIRELI, a qual será regida pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – NOME, SEDE E FORO

A empresa utilizará o nome FP ÁUDIO – EIRELI., tendo sua sede Alameda Via do sol nº 372 – Novo Cavaleiros – Macaé – RJ - CEP 27.930-100, e seu foro é na Cidade de Macaé RJ, utilizando o nome de fantasia "FP ÁUDIO";

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO SOCIAL

Constituem objeto da empresa as seguintes atividades:

- a) Comércio varejista de equipamentos de áudio, vídeo e eletrodomésticos;
- b) Comercio varejista de lustres, luminárias, abajures, artigos de iluminação e material elétrico;
- c) Comercio varejista de bebidas;
- d) Comercio varejista de artigos esportivos;
- e) Confecção de artigos do vestuário;
- f) Montagem e desmontagem de andaimes, palcos, e outras estruturas temporárias; montagem e instalação de sistemas, equipamentos de iluminação e sinalização em via publica;
- g) Tratamento térmico, acústicos ou de vibração;
- h) Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos;
- i) Transporte rodoviário de cargas, intermunicipal, interestadual, exceto produtos perigosos e mudanças;
- j) Gravação de vídeos, músicas; filmagem de festas e eventos, sonorização e iluminação, artes cênicas, produção teatral, musical e dança, produção circenses, eventos esportivos;

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: FP AUDIO EIRELI
Nire: 33600172225
Protocolo: 5220143627503 - 17/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: E7A7449920C11042C84E98BFF21C78520264BDF95E9B1EDF2299DFAF52C3F599
Arquivamentos: 33600172225, 00002687680 - 23/10/2014



913762

4
JCM

Fis 02/03.

- k) Serviços de alimentação para eventos e recepções e bufê;
- l) Instalações e manutenção elétrica, hidráulica, sanitária, gás;
- m) Serviços de monitoramento de sistemas de segurança;
- n) Aluguel de andaimes e equipamentos recreativos e esportivos.
- o) Aluguel de palcos, coberturas, arquibancadas, estruturas de uso temporário, móveis, utensílios domésticos de uso pessoal;
- p) Atividade paisagísticas de praças e jardim;
- q) Serviços de organização de feiras e eventos;
- r) Manutenção e reparação de geradores, máquinas e equipamentos eletroeletrônicos;
- s) Aluguéis de equipamentos de som, iluminação, estrutura metálica, sanitários químicos, vídeo projetor, painel de led, equipamentos de informática, geradores de energia elétrica, palcos e tendas;
- t) Promoção de eventos.

CLÁUSULA TERCEIRA – CAPITAL DA EMPRESA

O capital da empresa é de R\$ 1.130.000,00 (Um milhão, cento e trinta mil reais), totalmente integralizado na presente data representado pelo capital social da firma F. F. PEREIRA AUDIO-ME – CNPJ 03.736.955/0001-08, ora transformada em EIRELI.

CLÁUSULA QUARTA – ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA

A administração da empresa será exercida pelo titular FLÁVIO FARIAS PEREIRA, com amplos poderes de direção e representação da EIRELI;

CLÁUSULA QUINTA – PRAZO

A empresa ora constituída teve início de suas atividades em 21/03/2000, e terá prazo de duração por tempo indeterminado;

CLÁUSULA SEXTA – EXERCÍCIO SOCIAL

O encerramento do exercício social se dará no dia 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA SÉTIMA – RESPONSABILIDADE DO TITULAR

A responsabilidade do titular é limitada ao capital integralizado (art. 1052 do CC/02) na empresa, não respondendo ela subsidiariamente pelas perdas da empresa.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: FP AUDIO EIRELI
Nire: 33600172225

Protocolo: 5220143627503 - 17/10/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: E7A7449920C11042C84E98BFF21C78520264BDF95E9B1EDF2299DFAF52C3F599

Arquivamentos: 33600172225, 00002687680 - 23/10/2014

5
Jan



913763

Fls 03/03.

CLÁUSULA OITAVA - NÃO-PARTICIPAÇÃO EM OUTRA EIRELI

O titular FLÁVIO FARIAS PEREIRA, declara que não participa de nenhuma outra empresa individual de responsabilidade limitada.

CLÁUSULA NONA – DESIMPEDIMENTO

O administrador declara, sob as penas da lei, que não foi condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Macaé (RJ), 26 de setembro de 2014.



FLÁVIO FARIAS PEREIRA.
(titular)




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: FP AUDIO EIRELI
Nire: 33600172225
Protocolo: 5220143627503 - 17/10/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: E7A7449920C11042C84E98BFF21C78520264BDF95E9B1EDF2299DFAF52C3F599
Arquivamentos: 33600172225, 00002687680 - 23/10/2014

52-2014/362750-3 17 out 2014 15:37
DELEGACIA MACAÉ Guia: 101341697
Atos: 102,203

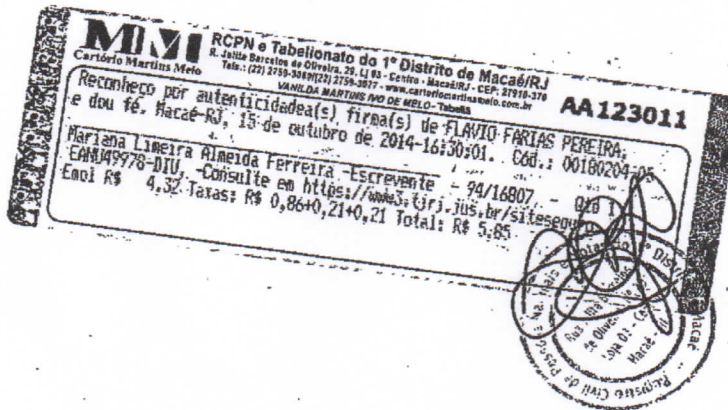
FP AUDIO EIRELI

HASH: 014103627503S

Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 292,00 Pago: 292,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 21,00 Pago: 21,00
ULT. ARQ.: -



913764



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: FP AUDIO EIRELI
Nire: 33600172225

Protocolo: 5220143627503 - 17/10/2014

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 22/10/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: E7A7449920C11042C84E98BFF21C78520264BDF95E9B1EDF2299DFAF52C3F599

Arquivamentos: 33600172225, 00002687680 - 23/10/2014

dnrc —

<http://www.drei.smpe.gov.br/dnrc/declaracaoME>

④/

Presidência da República
Secretaria da Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
JUNTA COMERCIAL



4487167

DECLARAÇÃO DE REENQUADRAMENTO DE ME PARA EPP

Ilmo. Sr. Presidente da Junta Comercial

A Empresa (EIRELI) **FP ÁUDIO - EIRELI ME**, com ato constitutivo registrado na Junta Comercial em 23/10/2014, NIRE: 33.6.0017222-5, CNPJ: 03.736.955/0001-08, estabelecido na ALAMEDA VIA DO SOL, 372, NOVO CAVALEIROS, MACAÉ, RJ, CEP: 27.930-100, requer a Vossa Senhoria o arquivamento do presente instrumento e declara, sob as penas da Lei, que se reenquadra da condição de MICROEMPRESA PARA EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Código do ato: 307 Descrição do Ato: REENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA COMO EMPRESA DE PEQUENO PORTE

MACAÉ - RJ, 15 de Julho de 2016


B.º OFÍCIO
MACAÉ - RJ

Titular Pessoa Física: FLÁVIO FARIAS PEREIRA

Para uso exclusivo da Junta Comercial:

DEFERIDO EM ____/____/____.	Etiqueta de registro
-----------------------------	----------------------

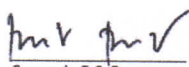
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: FP AUDIO EIRELI ME
Nire: 33600172225

Protocolo: 5220162730314 - 19/07/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 20/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: EBFA62924B87B0ED8B2D3A70B9C28F2FB2BC68E1C5BEA328E1E54488ACE2225A

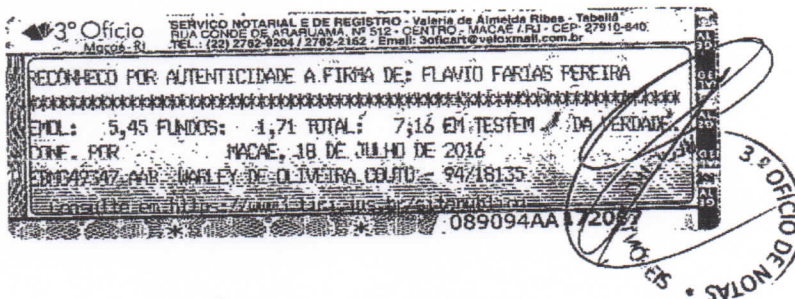
Arquivamento: 00002927077 - 21/07/2016


Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral

52-2016/273031-4 19 jul 2016 11:57
Delegacia de Macaé Guia: /
3360017222-5 Atos: 207
FP AUDIO EIRELI ME
HASH: J16072730314T
Cumprir a exigência no Junta » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
mesmo local da entrada. DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT. ARQ.: 00002687680 22/10/2014 203



4487168



Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: FP AUDIO EIRELI ME
Nire: 33600172225

Protocolo: 5220162730314 - 19/07/2016

CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 20/07/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.

Autenticação: EBFA62924B87B0ED8B2D3A70B9C26F2FB2BC68E1C5BEA328E1E54488ACE2225A

Arquivamento: 00002927077 - 21/07/2016

Bernardo F. S. Berwanger
Secretário Geral



RECURSO

A empresa FP AUDIO – EIRELI – EPP, inscrita no CNPJ sob o N. 03.736.955/0001-08, estabelecida a Alameda Via do Sol, 372 – Novo Cavaleiros – Macaé – RJ – CEP 27.930-100, Telefone (22) 2773-2824, e-mail fp.audio@hotmail.com,, por intermédio do seu representante legal o Sr. FLAVIO FARIAS PEREIRA, vem respeitosamente de forma tempestiva afim de interpor RECURSO.

Contra a PROPOSTA e HABILITAÇÃO da licitante *ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA*, por descumprimento dos seguintes itens do edital e seus anexos:

Em relação a Proposta apresentada pela licitante *ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA*:

Edital:

- 14.3 - *Será desclassificada a proposta vencedora que:*
- 14.3.2 - *Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;*
- 14.11 - *Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.*

No TR:

3.3 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei n° 14133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- Deverá ser apresentado junto a planilha de preços, a relação dos equipamentos que serão utilizados, sob pena de desclassificação.

Não foi apresentado pela licitante *ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA* a relação dos equipamentos com suas respectivas descrições especificações técnicas e modelos em conformidade com o Objeto Licitado.

A licitante *ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA* limitou-se a repetir os anexos sem as informações que deveriam terem sido apresentadas ou anexadas.

Em relação a sua Habilitação:

19. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

19.1 - *Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

19.2 - *Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:*

19.2.1 – *Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.*

19.2.2 - *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.*

19.2.3 - *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à*

ALAMEDA VIA DO SOL, 372 – NOVO CAVALEIROS – MACAÉ – RJ
CEP 27.930-100 CNPJ 03.736.955/0001-08 I.E. 78.235.837
TELFAX (22) 2773-2824 CEL (22) 98802-5472 NEXTEL 55*8*824
fp.audio@hotmail.com



SONORIZAÇÃO & ILUMINAÇÃO


comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

19.2.5 - Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) "Engenheiro Eletricista ou Mecânico", que comprove ter a licitante desempenhado serviços similares ou superiores ao objeto da presente licitação, em conformidade com serviço cotado;(grifo nosso)

Não foi apresentado nenhum documento que atendesse o Item 19.2.5 do Edital, atestado devidamente registrado no CREA e que comprovasse a licitante ter prestado serviços compatíveis com o objeto Licitado.

Os atestados apresentados não apresentam nenhuma especificação técnica e não estão registrados no CREA conforme solicitado.


Dos atestados sem registro no CREA apresentados pela licitante **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA:**


PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA DE GOVERNO
ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO, com sede na Praça Tiradentes, s/n - Centro, na cidade de Cabo Frio, inscrita no CNPJ sob o nº 13.549.483/0001-03, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Governo, o Sr. Gilberto Filgueira de Araújo, emite para os devidos fins que a empresa **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.454.965/0001-72, sediada na Av. dos Pescadores, 687 - Orlim - Cabo Frio - RJ - 28922-166, tendo como responsáveis técnicos a Engenheira Civil **LETÍCIA CRISTINA ARAÚJO MARCOS**, registro no CREA nº 2018106636, e o Engenheiro Industrial - Eletrotécnico **HENRIQUE DAMAS CORREIA DE SÁ**, registro no CREA nº 2007134380, realizam os serviços abaixo com qualidade e exatidão, cumprindo integralmente suas responsabilidades, não havendo nenhum registro que a desqualifique tecnicamente ou comercialmente.

Prestação de serviço de organização: perfil, planejamento, legislação, produção, locação e montagem de estruturas para eventos. Pilões 2 águas, nas seguintes medidas: 4x4, 6x6, 8x8, 10x10, 12x12, 14x14, 16x16, 20x20, 24x24, Pilares Concha, nas seguintes medidas: 18x14 e 18x18. Galpões laminares em duas águas nas seguintes medidas: 10x30, 10x40, 10x50, 15x40, 20x20, 20x40, 20x60, 30x50. Tendas piramidais nas seguintes medidas: 3x3, 4x4, 5x5, 6x6, 8x8, 10x10, 12x12, 15x15. Barracas de alimentação com toldos nas seguintes medidas: 3x3, 4x4, 5x5. Jogos de mesas plásticas e cadeiras, com 4 e 6 cadeiras. Barracas em alumínio na seguinte medida: 1x1, 2x2. Grades de contensão na seguinte medida: 2x1, 3x1, 4x1. Grades de plástico na seguinte medida: 2x1 nas cores preto, branco. Pisos práticos nas seguintes medidas: 2x1, 1x1, boxtruss (tábua de alumínio) nas linhas Q15, Q25, P30, P38, P50, P70. Piso elevado e sustentado, em unidades de 1x1, 2, 3, 4, 5, 6, 8, 10, 12, 15, 20, 30, 40, 50, 60, 80, 100. Climatizadores portáteis. Aparelhos de Ar condicionado. Camarões com piso, cobertura, tenda, mobiliário em geral nas seguintes medidas: 4x4, 5x5, 6x6, 8x8, 10x10, Camarões com piso e Cobertura em boxtruss nas seguintes medidas: 10x50, 12x40, 15x60, 20x60. Estruturas de Arquibancadas de 4, 6, 8 e 10 degraus com diversas medidas montadas. Sistema de som de micro, pequeno, médio e grande porte. Sistema de Iluminação de micro, pequeno, médio e grande porte. Grupo de geradores de 115, 150, 180, 250, 350, 450, 600 kva: Painéis de led outdoor e indoor P2.9, P3.9, P4.9, P5.9, P6, P8. Tiro elétrico de pequeno, médio e grande

Endereço: Praça Tiradentes, s/nº, 1º andar, Centro - Cabo Frio - RJ


PREFEITURA MUNICIPAL DE CABO FRIO
SECRETARIA DE GOVERNO

porte, Carro de som, Carreta de som de grande porte, Tiro elétrico de pequeno porte, Tiro elétrico de médio porte, Tiro elétrico de grande porte, Banheiros químicos modelo standard, huan, pua, equipe de limpeza de banheiros públicos e químicos, Stand em Octanorm para exposições, artesanato e alimentação em varias medidas; Filmes e transmissão simultânea com câmeras digitais, Interpretes de libras, Fotógrafo, Estúdio de transmissão e Cabine de monitoramento, Serviço de mão de obra para apoio interno e externo, Brigada de incêndio, detectores de metal manual e tipo portátil, Rádio de comunicação, Locação de cantina musical, Veículos automotores, Controle de tráfego, Serviços de segurança em geral, Serviços de buffet, bar, lancha, brunch, Equipe de produção, coprodução, assistência de produção, designer, web, publicista, social media, e serviços de marketing digital.

A referida empresa cumpriu sempre e pontualmente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apta a cumprir com o objeto contratado, nada tendo que a desabone.

Por ser verdade, firmamos o presente.

Cabo Frio, 29 de junho de 2023.

Atenciosamente,
GILBERTO
FILGUEIRA DE
ARAÚJO
RJ: 1149884-4716
GILBERTO FILGUEIRA DE ARAÚJO JR.
Secretário Municipal de Governo

Assinado de forma digital por
GILBERTO FILGUEIRA DE
ARAÚJO JR. 1149884-4716
Data: 2023.06.29 11:12:01
CPF

Endereço: Praça Tiradentes, s/nº, 1º andar, Centro - Cabo Frio - RJ

Atestado sem registro no CREA e sem qualquer informação de Contrato, Processo administrativo, Licitação, sem qualquer especificação técnica que permita aferir sua compatibilidade com o objeto licitado, sem qualquer valor o documento apresentado que ainda que atendessem o solicitado no edital, mereceria diligência para comprovação de sua veracidade.



Assim como o outro atestado apresentado:

República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DE QUISSAMÃ
Rua Conde de Araruama, 425 – Centro
CIP 28.735-00 – Quissamã
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, CNPJ: 08.864.968/0001-72, estabelecida na Av. Júlia Kubitschek, nº 39 – Centro – Cabo Frio/RJ, prestou os serviços de locação de equipamentos de som e iluminação cênica de grande porte no município de Quissamã. Os serviços foram prestados de forma satisfatória, atendendo as exigências técnicas, não tendo nada que desabone a conduta da empresa supracitada, segue abaixo relação do Ata de registro de preços firmado:

- ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2023, vinculado ao processo licitatório 14.677/2023 – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2023.

Objeto: Contratação de empresa para serviços de locação de estruturas de som e iluminação de grande porte, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura Patrimônio Histórico e Lazer

Valor registrado: R\$ 428.883,60 (quatrocentos e vinte e seis mil oitocentos e oitenta e três reais e sessenta centavos).

Eventos atendidos: Revelion nas praias de João Francisco e Barra do Furado.

Empenho: 9321/2023 – Valor R\$ 9.162,40 (nove mil cento e sessenta e dois reais e quarenta centavos) – Locação de Iluminação Cênica de Grande Porte.

Empenho: 9320/2023 – Valor R\$ 15.948,40 (quinze mil novecentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) – Locação de Som de grande porte com fly

Aliton Correa da Costa
Secretário Municipal de Cultura Patrimônio Histórico e Lazer
conf. portaria nº 24.450/2024

Quissamã, 07 de Agosto de 2024

PREFEITURA DE CABO FRIO
Secretaria Municipal de Fazenda

Nº da Nota - Série: 900000001 - E
Autorização: ZILCO VILAO

NOTA FISCAL ELETRÔNICA DE SERVIÇOS

Data de Emissão: 01/08/2023 18:33:49
Competência (Emissão): 09/2023

PRESTADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: A. B. SANTOS PRODUÇÕES E EVENTOS
Nome Fantasia: ATIVA
CNPJ: 08.864.968/0001-72
Endereço: Rua Teodoro de Menezes, 13 Sala 40 Centro, CEP: 28060-000
Município: CABO FRIO UF: RJ E-mail: ativaeventos@gmail.com

TOMADOR DE SERVIÇOS

Razão Social: MUNICÍPIO DE ITABORAÍ
Nome Fantasia: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ
CNPJ: 06.741.040/0001-65
Endereço: RUA DO COMENDADOR FLORENTINO DE ARAÚJO, 1000 - CENTRO, ITABORAÍ - RJ
Município: ITABORAÍ UF: RJ

DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS

REFERENTE AO PRECATORIO RELATIVO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS SONORAS PARA EVENTOS, TRIOS ELÉTRICOS, CONTEÚDO EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, AUDIOVISUAL, BANHEIROS QUÍMICOS, BRINQUEDOS RECREATIVOS, APOIO TÉCNICO E LINGÜÍSTICO, EQUIPES DE APOIO, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO, SERVIÇOS DE TRANSPORTES, SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, SHOWS DE MÉDIO E GRANDE PORTE, LOCAL, REGIONAL E INTERESTADUAL, CONFORME ANEXO DE EMPENHO Nº 1.

PROCESSO Nº 4016/2022, E
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2023
EMPENHO Nº 9321/2023
CONTRATO Nº 2024/11/03
PAGAMENTO RESCISÓRIO DE EMPENHO RELATIVO AOS SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS SONOROS Nº 11/03/2024
VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL: R\$ 103,993,20

Informações Complementares

APROV. Nº 11/2023/PMI
AO: 001
DATA: 11/03/2024
Documento Emitido por Optante do Simples Nacional, de acordo com a L.C. 123/2006.

Processo encaminhado por: 172.16.30.80
Consulte a autenticidade desta Nota Fiscal através do site: notas.fazenda.gov.br

Situação da Tribuição do ISSQN: Tributada no Prestador

Código do Serviço: 1755 - Prestação de serviços, despesa e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em forma impressa), período:
Código de Atividade (CNAE): 7311-0/01 - Atividades de publicidade
Atividade: 7311-0/01 - Atividades de publicidade
Atividade: 7311-0/01 - Atividades de publicidade
Atividade: 7311-0/01 - Atividades de publicidade

VALOR (R\$)	QUANTIDADE (R\$)	PREÇO (R\$)	COPINA (R\$)	COLL (R\$)	OUTRAS DEDUÇÕES (R\$)
0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

De caber, a nota informará ao contribuinte o valor da alíquota de ISSQN, sendo de responsabilidade do Prestador o cálculo.

Informações a serem informadas ao contribuinte na base de cálculo do ISSQN

DEDUÇÕES	SUBEMPENHO	BASE DE CÁLCULO	ALÍQUOTA	VALOR DO ISS	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	103.993,20	2,0000%	2.079,86	103.993,20

VALOR LÍQUIDO DA NOTA = R\$ 103.993,20

Vejam como se faz importante a diligencia para comprovar a veracidade dos atestados apresentados, a Licitante **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, sequer prestou serviços de Trio Elétrico conforme tenta fazer parecer com os documentos apresentados, bastava breve diligencia ao processo administrativo Nº 4016/2022 do município de Itaboraí para constatar que a licitante não prestou os serviços de Trio Elétrico, tendo lhe sido homologado somente o Lote X com objeto completamente diverso deste certame, tal qual:

setenta e oito centavos, empresa ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA, lote X, no valor de R\$ 1.174.480,00 Um milhão cento e setenta e quatro mil quatrocentos e oitenta reais e em presa

Itaboraí
PREFEITURA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

PMI/RJ
Processo nº 4016/2022
Rubrica: _____ Fls. _____

PREGÃO PRESENCIAL SRP N. 02/2023-PMI

1. PREÂMBULO

1.1. O Município de Itaboraí - RJ, através da Secretaria Municipal de Turismo e Eventos, torna público que, no dia 11 de maio de 2023, às 10 h, no Auditório da Secretaria Municipal de Compras, Licitações e Contratos, situada na Rua Dr. Mesquita, nº 340, Centro, Itaboraí - RJ, o(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio, designados pela Portaria nº 83 de 10/01/2023, estarão reunidos para receber os envelopes referentes à Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo sistema de Registro de Preços nº 02/2023-PMI, do tipo menor preço, (critério de julgamento menor preço por LOTE) para a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRODUÇÃO E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DIVERSAS PARA EVENTOS: TRIOS ELÉTRICOS CONTENDO EQUIPAMENTOS DE SOM, ILUMINAÇÃO, AUDIOVISUAL, BANHEIROS QUÍMICOS, BRINQUEDOS RECREATIVOS, APOIO TÉCNICO E LINGÜÍSTICO, EQUIPES DE APOIO, SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO, SERVIÇOS DE TRANSPORTES, SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM, SHOWS DE MÉDIO E GRANDE PORTE: LOCAL, REGIONAL E INTERESTADUAL" para atender as demandas aos diversos eventos promovidos e/ou apoiados pela Prefeitura Municipal de Itaboraí e realizados com o apoio ou diretamente pela Secretaria Municipal de Turismo e Eventos, conforme autorização do Exmo. Sr. Ordenador de Despesa, constante do Processo nº 4016/2022.



Lote X Materiais diversos Conforme planilha de demandas dos Eventos Anuais (Anexo I)				
Item	Denominação Do serviço	Descrição do serviço	Unid.	Quantidade Total
51	CAMISAS ALUSIVAS AOS EVENTOS	CAMISETA ADULTO – Meia malha 100% algodão, gola olímpica, com cores em sublimação frente e verso e arte estampada de acordo com o pedido de cada evento, contendo ribana com 2,0 cm. Tamanho M.	Unid.	1.800
52	CAMISAS ALUSIVAS AOS EVENTOS	CAMISETA ADULTO – Meia malha 100% algodão, gola olímpica, com cores em sublimação frente e verso e arte estampada de acordo com o pedido de cada evento, contendo ribana com 2,0 cm. Tamanho G.	Unid.	1.800
53	CAMISAS ALUSIVAS AOS EVENTOS	CAMISETA ADULTO – Meia malha 100% algodão, gola olímpica, com cores em sublimação frente e verso e arte estampada de acordo com o pedido de cada evento, contendo ribana com 2,0 cm. Tamanho GG.	Unid.	1.800
54	CAMISAS ALUSIVAS AOS EVENTOS	CAMISETA ADULTO – Meia malha 100% algodão, gola olímpica, com cores em sublimação frente e verso e arte estampada de acordo com o pedido de cada evento, contendo ribana com 2,0 cm. Tamanho XG.	Unid.	1.800
55	CRACHÁS DE IDENTIFICAÇÃO	Confecção de crachás de identificação de apoio, ordenadores de trânsito, produção dos eventos, entre outros. Formato 10 x 15cm; Papel couchê 300g; 4/0; Com furo e cordão personalizado medindo 15mm x 85cm.	Unid.	4.350



56	PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO	Pulseira Vip – Impressão a 1 cor – Plástico Vinil trilaminado – Fecho de lacre plástico inviolável e ultra resistente. Personalizáveis – Área de impressão: 2,5cm x 8,0cm. 14 furos, ajustáveis para qualquer pulso.	Unid.	26.300
57	PULSEIRAS DE IDENTIFICAÇÃO	Pulseira de Identificação Infantil – Lacre adesivo picotado inviolável – rasga ao ser aberto, evidenciando a fraude, papel sintético, não rasga ou desmancha – Totalmente personalizáveis: Nome, telefone de contato etc.	Unid.	15.100
58	RÁDIOS COMUNICADORES	Fornecimento de 50 rádios comunicadores digitais, em período integral, em regime de locação. Valor por unidade.	Diária	2.210

Ou seja, na tentativa de ludibriar este mui digno pregoeiro e induzi-lo ao erro a licitante **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, apresenta documento sem qualquer comprovação e conexão com objeto licitado.

O último atestado apresentado também sem registro no CREA, sequer menciona Trio Elétrico.


 República Federativa do Brasil – Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA DE QUISSAMÃ
 Rua Comendador Araújo, 425 – Centro
 CEP: 28.730-000 – Quissamã
 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E LAZER

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos para os devidos fins, que a empresa **ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA**, CNPJ: 09.854.965/0001-72, estabelecida na Av. Júlia Kubitschew, nº 30 – Centro – Cabo Frio/RJ, presta os serviços de locação de equipamentos de som e iluminação Cênica de grande porte no município de Quissamã. Os serviços foram prestados de forma satisfatória, atendendo as exigências técnicas, não tendo nada que desabone a conduta da empresa supracitada, segue abaixo relação do Ata de registro de preços firmado:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2023, vinculada ao processo licitatório 14.677/2023 – PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 274/2023.

Objeto: Contratação de empresa para serviços de locação de estruturas de som e iluminação de grande porte, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Cultura Patrimônio Histórico e Lazer.

Valor registrado: **R\$ 426.883,80** (quatrocentos e vinte e seis mil oitocentos e oitenta e três reais e oitenta centavos).

Eventos atendidos: Revelton nas praias de João Francisco e Barra do Furado.

Empenho: 9231/2023 – Valor: R\$ 5.102,40 (cinco mil cento e sessenta e dois reais e quarenta centavos) – Locação de Iluminação Cênica de Grande Porte.

Empenho: 9220/2023 – Valor: R\$ 15.948,40 (quinze mil novecentos e quarenta e oito reais e quarenta centavos) – Locação de Som de grande porte com fly.

Ailton Correa da Costa
 Secretário Municipal de Cultura Patrimônio Histórico e Lazer
 conf. portaria nº 24.480/2024

Quissamã, 07 de Agosto de 2024

ALAMEDA VIA DO SOL, 372 – NOVO CAVALEIROS – MACAÉ – RJ
 CEP 27.930-100 CNPJ 03.736.955/0001-08 I.E. 78.235.837
 TELFAX (22) 2773-2824 CEL (22) 98802-5472 NEXTEL 55*8*824
fp.audio@hotmail.com



Além disso, não há que se falar em interpretação menos restritiva, uma vez que o indigitado item encontra respaldo legal na Lei 14.133 de 2021.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

Também não pode aqui ser alegado desconhecimento ou ser aceita qualquer outra interpretação, uma vez que não houve nenhum pedido de esclarecimento nem muito menos impugnação aos termos do Edital registrada.

Edital que segue também baseado e como Anexo o Termo de Referência, com os seguintes itens:



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA

PROCESSO Nº: 35.120/2024

RUBRICA: _____ FOLHA: _____

através de índices oficiais.

8.15 Qualificação técnica:

8.15.1 Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido[s] pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.15.2 - Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.15.2.1 - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

8.15.2.2 - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.15.3 - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.15.4 Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente registrado no CREA (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura) "Engenheiro Eletricista ou Mecânico", que comprove ter a licitante desempenhado serviços similares ou superiores ao objeto da presente licitação, em conformidade com serviço cotado;

8.15.5 O atestado deverá ser emitido em papel timbrado da pessoa jurídica declarante, com nome e cargo do signatário;

8.15.6 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Então antes que se venha alegar em que pese a empresa não ter apresentado o solicitado relativo ao item 3.3 do TR relativos, mas sim apresentado um profissional detentor de atestado devidamente registrado no CREA, que fique claro, a empresa não apresentou o solicitado no Item 19.2.5 nem muito menos conforme o Termo de Referência.



Ainda seguindo o Termo de Referência, não de forma alternativa, mas sim de forma cumulativa, deveria apresentar profissional detentor de atestado com experiencia anterior comprovada compatível com o objeto deste certame.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'c', e art. 40, §1º, inciso I, da Lei nº 14.133/2021)

3.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de Trio Elétrico para atender as necessidades dos eventos promovido pela Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, compreendendo ainda as ações de transporte, montagem, manutenção e desmontagem de todo equipamento solicitado, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

3.2 Para tanto, a empresa precisará nos atender com equipamentos elencados no Item 4 deste Estudo Preliminar, suprimindo as necessidades dos eventos que serão realizados.

3.3 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 14133/21 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

- A empresa deverá apresentar certificado averbado pelo CREA atestando sua capacidade técnica para a realização de eventos semelhantes ao objeto da presente licitação;
- A empresa contratada deverá estar ciente que poderá ser promovida diligência imediata à pessoa jurídica indicada no atestado de capacidade técnica, visando verificar as informações prestadas e esclarecer dúvidas, podendo ser na forma de apresentação de documentos e/ou visita a sede da empresa para vistoria do material a ser utilizado, entre outros;
- A execução do serviço de estrutura e/ou de equipamentos de montagem, de responsabilidade dos Engenheiros Eletricista, Civil ou Mecânico ou Arquiteto ou Técnico eletrotécnico, deverão estar sob registro no seu Conselho Correspondente, dentro do respectivo prazo de validade, comprovando sua habilitação e nas atividades pertinentes ao objeto deste anexo;
- Engenheiro(s) eletricista(s) ou Engenheiro(s) mecânico(s) - devidamente reconhecido(s) pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica (devidamente registrado na entidade profissional competente), para execução de serviço de características semelhantes ao objeto da licitação.

Neste ponto a empresa apresenta a profissional Noemi de Figueiredo Barbosa recém-formada *Data da colação de grau: 09/03/2024* sem qualquer experiência ou atestado apresentado conforme declaração:

ativa estruturas

DECLARAÇÃO

EDITAL DE PREGAÇÃO ELETRÔNICO Nº 00.014/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 35.100/2024

A empresa **Ativa Comércio e Estruturas LTDA**, com sede na Avenida Julia Kubischke, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000, inscrita no CNPJ 09.654.965/0001-72, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. **ANDERSON BRAGANÇA DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, empresário, portador de carteira de identidade nº 100230113, inscrita pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 071.017.707-32, **DECLARO** que assumo, para fins de realização de vistoria, a responsabilidade e a representação no termo de referência por esta enviado, informando que tenho pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza das atividades que assumo, total responsabilidade pela não realização da visita, declaro ainda, que tenho pleno conhecimento das condições locais de execução dos SERVIÇOS.

DECLARO possuir, no quadro funcional, profissional de nível superior, que será a responsável técnica

DADOS DO REGISTRO

Nome: Noemi de Figueiredo Barbosa Registro: 202410105
Carteira: RJ-ARJ
CPF: 123.007.707-33 RNP: 202233308

Data de Registro: 09/03/2024

Título: ENGENHEIRA ELETRICISTA

Ativa Comércio e Estruturas Ltda
CNPJ 09.654.965/0001-72
End: Avenida Julia Kubischke, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ,
CEP 28.905-000
Tel: (22) 9902-7013 e-mail: ativacomercio@gmail.com

ativa estruturas

Cabo Frio, 24 de fevereiro de 2025.

Noemi de Figueiredo Barbosa Registro
ENGENHEIRA ELETRICISTA

Cabo Frio, 24 de fevereiro de 2025.

ATIVA COMERCIO E ESTRUTURAS LTDA
09.654.965/0001-72
ANDERSON BRAGANÇA DOS SANTOS
SOCIO ADMINISTRADOR

Ativa Comércio e Estruturas Ltda
CNPJ 09.654.965/0001-72
End: Avenida Julia Kubischke, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ,
CEP 28.905-000
Tel: (22) 9902-7013 e-mail: ativacomercio@gmail.com

ALAMEDA VIA DO SOL, 372 – NOVO CAVALEIROS – MACAÉ – RJ
CEP 27.930-100 CNPJ 03.736.955/0001-08 I.E. 78.235.837
TELFAX (22) 2773-2824 CEL (22) 98802-5472 NEXTEL 55*8*824
fp.audio@hotmail.com



Na sequência com o claro intuito de ludibriar mais uma vez este mui digno Pregoeiro anexa um CAT sem registro de atestado, documento este que em seu corpo traz claramente que não acompanha nenhum atestado e que não serve para comprovação de capacidade técnica.

Página: 1/8 Data: 25/12/2024	
	CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO 132707/2024
CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº1.025, de 30 de Outubro de 2009, do Conselho que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Rio de Janeiro - CREA-RJ, o Acervo Técnico do profissional HENRIQUE DAMES CORREA DE SA referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):	
Profissional: HENRIQUE DAMES CORREA DE SA Registro: 2007134380 RNP: 2004432829 Título Profissional: ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETROTÉCNICA e ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	
ART Nº IN0069176 - de 31/10/2011 Tipo de registro: DESEMPENHO DE CARGO OU FUNÇÃO Baixada em: 27/11/2014 por: CONCLUSÃO Contratante: CONSTRUTORA BELGON LTDA ME Endereço: R GUARANI S/N LT 5 QD J CS 10 - BOQUEIRAO SILVA JARDIM RJ Atividade Técnica: (1): RESPONSÁVEL TÉCNICO POR EMPRESA Complemento: (1): RESPONSÁVEL TÉCNICO POR TODAS AS ATIVIDADES EXECUTADAS PELA P.J. CONTEMPLADAS NO ÂMBITO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS Data de início: 31/10/2011 Previsão de Término: INDETERMINADO Nº Horas trabalhadas de Trabalho: 4 Valor do Salário: R\$ 3.270,00 Endereço: R RUA GUARANI S/N LT 5 QD J - BOQUEIRAO SILVA JARDIM RJ ART Nº IN02720108 - de 02/12/2011 Tipo de registro: OBRA OU SERVIÇO Baixada em: 05/12/2011 por: CONCLUSÃO Contratante: CONSTRUTORA BELGON LTDA ME Endereço: R GUARANI S/N LT 5 QD J CS 10 - BOQUEIRAO SILVA JARDIM RJ Atividade Técnica: (1): MANUTENÇÃO DE INSTALAÇÃO Especificação de Atividade: (1): REFORMA Complemento: (1): ILUMINAÇÃO Informação Complementar: SERVIÇO DE REFORMA E MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO NO PATIO DA EMPRESA	

Página: 8/8 Data: 25/12/2024	
	CAT SEM REGISTRO DE ATESTADO 132707/2024
(Continuação de CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO Nº 132707/2024)	
Valor de Contrato/Honorário: R\$ 2.147.657,00 Endereço: AV HELENO NUNES S/N - COSTAZUL RIO DAS OSTRAS RJ Vinculada a ART principal Nº: IN01184511 - Data de Pagamento: 19/02/2014 Profissional: HENRIQUE DAMES CORREA DE SA RNP: 2004432829 ENGENHEIRO INDUSTRIAL - ELETROTÉCNICA e ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO	
Certidão de Acervo Técnico nº 132707/2024 Emitida em: 25/12/2024 22:58 (hora de Brasília) Código de controle do comprovante: 5.8178464675218349	
<small>Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1993. A CAT possui a validade no caso de modificação das datas técnicas, quantidades e quantificadores pelo contratado, sem prejuízo da alteração da descrição do registro da ART.</small>	

Reproduzimos apenas a primeira e a última página, mas a informação que importa esta na ultima pagina, em que pese o profissional HENRIQUE DAMES CORREA DE SA ter anotação de responsabilidade em seu nome que mencione Trio Elétrico, a empresa executante foi outra e de forma clara diz no próprio documento apresentado que não tem valor para o que se pretende:

Esta CAT não comprova o registro do atestado emitido pelo contratante da obra ou serviço referenciado na Lei nº 8.666/1993.

Ou seja, comprova apenas a emissão da ART, sem atestar sequer se o serviço foi prestado e se foi prestado com qualidade, nos prazos e dentro das especificações técnicas, especificações que sequer constam da ART e que seriam a única forma de checar a compatibilidade com o objeto deste certame.

Um dos princípios que regem as licitações é o Princípio da Vantajosidade e eficiência, o qual encontra-se expresso no art. 5º da Lei 14133/21. É de fundamental importância que se compreenda o Princípio da Vantajosidade, mais especificamente, que se entenda o conceito de “vantajosidade” no âmbito de licitações. Quando se fala em vantajosidade, logo se remete à questão econômica. Entretanto, a melhor proposta não deve ficar atrelada apenas ao valor econômico do serviço a ser contratado, mas também à qualidade. Em licitações, a vantajosidade caracteriza-se como a adequação e satisfação do interesse coletivo por meio da execução do contrato. O gestor público deve sempre ter em mente que a contratação vantajosa é aquela que reflete o melhor gasto pela Administração Pública, sendo que o “melhor gasto” deve gerar economia aos cofres públicos, e proporcionar eficiência e qualidade aos serviços. Isto é ainda mais relevante em pregões, em que o critério de seleção das propostas é exclusivamente o menor preço. E é aí que o gestor público tem papel fundamental, que é o de avaliar detidamente

ALAMEDA VIA DO SOL, 372 – NOVO CAVALEIROS – MACAÉ – RJ
CEP 27.930-100 CNPJ 03.736.955/0001-08 I.E. 78.235.837
TELFAX (22) 2773-2824 CEL (22) 98802-5472 NEXTEL 55*8*824
fp.audio@hotmail.com



as propostas de forma a garantir a melhor contratação. Nos Pregões, o cuidado deve ser redobrado, pois a “ânsia” em ganhar o contrato pode levar alguns fornecedores a baixarem seus preços de forma excessiva. Alguns cuidados que o gestor deve ter ao analisar as propostas:

- Avaliar as planilhas de custos dos licitantes, verificando se os valores ali informados guardam coerência com os serviços a serem contratados ou produtos a serem adquiridos, considerando as especificações técnicas informadas pelo edital;
- Verificar se os valores propostos pelos licitantes são compatíveis com aqueles praticados no mercado, utilizando-se, para tanto, da pesquisa de preços realizada antes da licitação;
- Em caso de persistir a dúvida quanto à capacidade da licitante de cumprir com o contrato, solicitar que a mesma apresente arrazoado, justificando detalhadamente sua capacidade de execução contratual;
- Justificar o aceite da proposta.

Tais cuidados são importantes, uma vez que valores excessivamente baixos podem levar a Administração Pública a correr o risco de não ter os serviços prestados adequadamente, com a qualidade e eficiência que se espera, podendo, ao final, acarretar prejuízos consideráveis aos cofres públicos. Em um primeiro momento, o valor por si só pode parecer vantajoso, mas se não for levada em consideração a **real capacidade da empresa de executar os serviços**, corre-se o risco de, ao invés de realizar a melhor contratação, contratar-se serviços que, futuramente, não serão prestados ou o serão de forma precária. Por esse motivo, a Proposta de Preços da empresa licitante deve refletir e ser condizente com as exigências editalícias, **não podendo, de forma alguma, consignar preços que possam gerar riscos à futura contratação**, pois isto, por si só, afrontaria não só o Princípio da Vantajosidade, como também aos **Princípios da Eficiência e do Interesse Público**, que devem nortear todos os atos do gestor público. Para ilustrar, pode ocorrer que, em uma determinada licitação, um licitante ofereça o menor valor, mas em sua planilha de preços, alguns itens podem apresentar valores **claramente insuficientes para que o contrato seja cumprido adequadamente**. Nesta hipótese, **é dever do gestor público avaliar criteriosamente a proposta**, ponderando, ao final, se os valores ali apostos indicam **alto risco de descumprimento contratual**, podendo eventual contratação daquela empresa gerar prejuízos à Administração Pública. Assim, ao avaliar as propostas de preço dos licitantes, o gestor público deve considerar os valores praticados no mercado e as especificações técnicas do objeto e, **de forma fundamentada, informar sua decisão de aceitar ou não determinada proposta**. Destacamos, abaixo, alguns ensinamentos da doutrina sobre o tema:

“A **vantagem** caracteriza-se como a **adequação e satisfação do interesse coletivo** por via da execução do contrato. A maior vantagem possível configura-se pela conjugação de dois aspectos interrelacionados. Um dos ângulos relaciona-se com a prestação a ser executada por parte da Administração; o outro se vincula à prestação a cargo do particular. A maior vantagem apresenta-se quando a Administração assumir o dever de realizar a prestação menos onerosa e o particular se obrigar a realizar a melhor e mais completa prestação. **Configura-se, portanto, uma relação custo-benefício**. A maior vantagem corresponde à situação de menor custo e maior benefício para a Administração.” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12a Edição, Dialética, pág. 63)

“A Administração é orientada a selecionar a proposta de melhor preço que não pode ser confundido com o menor valor monetário, pois, existem hipóteses em que pagar o valor mais elevado propiciará à Administração Pública vantagens maiores.” (CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 2ª Edição. Editora Juspodvm, 2015.)



A conduta do agente público responsável deve sempre primar pelos princípios Constitucionais, e regramento Legal pertinente, não podendo prevalecer de forma algumas decisões em sentido oposto ou não previstos em Lei, Decisões estas que podem acabar frustrando, senão restringindo a competitividade do certame e que são expressamente vedadas pela Lei 14.133/21, em seu art. 5º;

Art. 5º Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

Art. 9º É vedado ao agente público designado para atuar na área de licitações e contratos, ressalvados os casos previstos em lei:

- I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
 - a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
 - b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
 - c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
- II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
- III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

Segundo esses dispositivos, não pode haver licitação com discriminações entre participantes, seja favorecendo determinados proponentes, seja afastando outros ou desvinculando-os no julgamento. A igualdade entre os licitantes é um dos princípios Irrelegáveis aos agentes Públicos.

Celso A. Bandeira de Mello afirma que "o princípio da igualdade consiste em assegurar regramento uniforme às pessoas que não sejam entre si diferenciáveis pôr razões lógicas e substancialmente (isto é, a face da constituição) afinadas com eventual disparidade de tratamento".



Cabe destacar que os itens desatendidos encontram respaldo legal conforme a Lei 14.133

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do [§ 3º do art. 88 desta Lei](#);

III - indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

IV - prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;

V - registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso;

Portanto claro o desatendimento dos itens editalício assim como o diploma legal que exige Atestados que comprovem aptidão para desempenho de atividade **pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação registrados no CREA, além dos documentos complementares solicitados.**

A vinculação ao edital significa que a Administração e os licitantes ficam sempre subordinados aos termos do pedido ou do permitido no instrumento convocatório da licitação, quer quanto ao procedimento, quer quanto à documentação, às propostas, ao julgamento e ao contrato. Em outras palavras, estabelecidas as regras do certame, tornam-se obrigatórias para aquela licitação durante todo o procedimento e para todos os seus participantes, inclusive para o Órgão ou entidade licitante.

Partindo deste princípio, é evidente que qualquer pessoa que apresente uma proposta ou documentos em desacordo com os requisitos e especificações constantes no respectivo Edital, será desclassificada do aludido certame.

Portanto, lastreada nas razões apresentadas, requer-se o provimento do RECURSO, com efeito para que seja INABILITADA a Licitante ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA por não ter atendido a todos os requisitos do edital e seus anexos.

Outrossim, sendo diverso o entendimento, que seja o Recurso, juntamente com dossiê do processo, remetido a AUTORIDADE SUPERIOR.

Termos em que pede e aguarda o deferimento.

MACAÉ, 05 de março de 2025.

FP AUDIO
FLAVIO FARIAS PEREIRA



TERMO DE AUTUAÇÃO

PROTOCOLO DO PROCESSO

014576/2025

Este processo pode ser consultado por meio digital através da URL:
<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2>

Chave de acesso: d4a4dffc-6a76-4562-9ba7-049631e97643

AUTUADO EM	Quinta-feira, 24 de Abril de 2025
LOCAL DA AUTUAÇÃO	LICITAÇÕES E PLANEJAMENTO - COMISSAO DE PREGAO I
AUTUADO POR	CINTIA MAYER BRITO
INTERESSADO (S)	
FP AUDIO LTDA	

RESUMO

RECURSO - PE 90.014/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 35.120/2024 EMPRESA RECORRENTE: FP AUDIO – EIRELI – EPP EMPRESA RECORRIDA: ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA

DATA:24/04/2025

